

CRISE ECONÔMICA

O país deverá crescer mais em 2003, mas os juros e o desemprego continuarão altos, e os salários em baixa, para conter a escalada dos preços. Lula governará no ano que vem com a inflação duas vezes acima da meta estabelecida em 2002

Desemprego, juros altos e salários baixos

Vicente Nunes
Da equipe do Correio

O desemprego em alta, o salário achatado e o consumo retraído serão as principais armas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para conter a inflação — durante a campanha ele prometeu criar dez milhões de empregos em quatro anos. O diagnóstico foi traçado ontem pelo Banco Central, cuja atual diretoria, com exceção do presidente Arminio Fraga, permanecerá inalterada até o fim do primeiro semestre de 2003. Segundo o diretor de Política Econômica do BC, Ilan Goldfajn, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), no próximo ano, ficará em 9,5%. Trata-se de uma taxa inferior aos 12,4% deste ano, mas muito além da meta de 4% fixada pelo governo. Até o mês

passado, o BC apostava em um IPCA de 6,5% para o primeiro ano da administração Lula, podendo variar até 2,5 pontos percentuais para cima ou para baixo.

Apesar de ressaltar que, "no médio e longo prazos, a expansão do consumo será moderada e o crescimento da massa salarial, modesto", Goldfajn previu que o Produto Interno Bruto (PIB) aumentará 2,8% no ano que vem, ante o 1,6% de 2002. A projeção de incremento para 2003 leva em conta o desempenho da indústria em outubro último, quando foi registrado o quinto mês consecutivo de alta da produção. A estimativa do BC é de que a atividade industrial cresça 3,2% no próximo ano, puxada, sobretudo, pelas exportações e pela produção de petróleo e de minério de ferro. Goldfajn acrescentou que o setor agrícola, com expansão de 6%, continuará sendo outra importante

alavancas para o país. O setor de serviços será ampliado em 2,1%.

"Mantendo-se a atividade produtiva nos mesmos níveis de outubro, o crescimento de 2,8% já estará garantido", ressaltou o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes. Ele descartou a possibilidade de demanda excessiva de consumo. E endossou o que foi ratificado no relatório de inflação: não haverá pressões salariais nos próximos meses, pois a maior parte dos dissídios coletivos ocorrerá no segundo semestre. Ele admitiu que o desemprego permanecerá alto, porque a criação de novos postos de trabalho é inferior à entrada de novos brasileiros no mercado, e frisou que os investimentos para ampliar o parque produtivo continuarão parados. E mais: as taxas de juros, de 25% ao ano, só deverão cair no final do ano, quando se espera um re-

cuo da inflação. Nos doze meses terminados em setembro de 2003, o IPCA estará em 14,8%.

Dois outros fatores foram apontados por Ilan Goldfajn para justificar a previsão de aumento do PIB: a queda na inadimplência e a liberação de R\$ 10,7 bilhões pelo governo, como indenização das perdas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Foi a liberação de R\$ 7,6 bilhões em 2002 que garantiu boa parte das vendas do comércio.

ALIMENTOS SUBIRÃO 8,2%

A o retomar as explicações sobre a disparada da inflação — no melhor dos cenários traçados pelo BC, a inflação no ano que vem ficará em 7,3% — Goldfajn afirmou que as tarifas públicas serão o principal alvo de pressão sobre o custo de vida. Na média, os preços administrados pelo gover-

no (luz, telefone, passagens de ônibus, planos de saúde e combustíveis) aumentarão 13% no primeiro ano de mandato de Lula e 7,6% em 2004. Neste ano, as tarifas tiveram reajuste de 15,4%. "Não há dúvida de que os preços administrados por contratos ou monitores continuarão a pressionar a inflação, por estarem indexados à variação do dólar", destacou.

No caso dos preços livres, o diretor do BC disse que a maior parte dos repasses da alta da moeda norte-americana (45% somente entre outubro e dezembro) já ocorreu. "Não dá para garantir, porém, que os repasses acabaram, devido à magnitude da valorização do dólar e do prolongamento dessa alta", ressaltou. Ele descartou a possibilidade de recuo dos preços dos alimentos, independentemente da previsão de crescimento da safra agrícola. Pelos cálculos do con-

sultor do Departamento de Estudos e Pesquisas do BC, Paulo Freitas, os alimentos deverão subir, em média, 8,2% ao longo de 2003.

A disparada da inflação neste ano obrigará o Banco Central a enviar uma carta aberta ao presidente da República — Lula já estará empossado — explicando o motivo do não cumprimento da meta deste ano, de 3,5%, podendo variar dois pontos percentuais para cima ou para baixo, e explicar o que está sendo feito para que os preços recuem. Este foi o segundo ano consecutivo que a meta não foi cumprida, quadro que se repetirá em 2003. A despeito do não cumprimento das metas, Goldfajn afirmou que a credibilidade na política de combate à inflação está consolidada. E que o BC não fará nenhum pedido ao novo governo para que amplie a meta deste ano (4%) e do próximo (3,5%).

Antonio Siqueira 29.7.02



GOLDFAJN ANUNCIOU REVISÃO DE METAS DE INFLAÇÃO DO BC PARA 2003

TARIFAS EXPLOSIVAS

Itens	Alta dos principais preços administrados na era FHC		
	1995-1998 1º mandato	1999-2002* 2º mandato	1995-2002* (acumulado)
IPCA	43,46	32,98	90,78
Administrados	88,00	61,19	203,04
Ônibus urbano	97,82	53,23	203,12
Gasolina	51,50	113,30	223,14
Energia elétrica residencial	89,60	86,77	254,11
Empregado doméstico	85,70	40,94	161,73
Telefone fixo	309,66	48,83	509,70
Plano de saúde	126,63	27,46	188,85
Taxa de água e esgoto	84,45	45,95	169,21
Gás de bujão	121,24	149,67	452,37

Fonte: IBGE/Relatório de Inflação do BC de dezembro de 2002

*Até outubro/02